



## RESOLUÇÕES APROVADAS

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

A crise estrutural do capitalismo aprofunda a ofensiva imperialista dos EUA sob o comando de Trump, com guerras, genocídio na Palestina e ameaças à soberania de nações como Venezuela, Cuba e Irã. Paralelamente, avança a extrema direita e o neofascismo em escala global, impulsionados pela desilusão popular com a democracia liberal e seus projetos neoliberais. A crise climática, evidenciada pelas catástrofes no RS e no mundo, é parte inseparável desse modelo predatório que mercantiliza a educação e a vida. A resistência dos povos na luta anti-imperialista como os cubanos, venezuelanos, palestinos, asiáticos e africanos, o enfrentamento dos russos contra a OTAN, as mobilizações como "No Kings" nos EUA e a Conferência Antifascista de Porto Alegre demonstram que a luta por um mundo multipolar, anti-imperialista e democrático é possível. Para a educação, este cenário exige um sindicalismo combativo, que eleve a consciência crítica de classe da categoria e posicione os trabalhadores na linha de frente da luta anticapitalista, antifascista e de perspectiva socialista, em defesa intransigente da soberania nacional e da autodeterminação dos povos.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO, GUAPAS  
PARA LUTAR.**

### CONJUNTURA NACIONAL

A vitória de Lula em 2022, fruto da mobilização popular e de uma frente ampla, freou o projeto neofascista bolsonarista. O governo retomou programas sociais, reajustou o piso do magistério, aprovou a isenção do IR até R\$ 5 mil e enfrentou as tarifas de Trump em defesa da soberania. Contudo, a política de conciliação mantém o arcabouço fiscal, que estrangula investimentos em educação, e não revogou as reformas trabalhista e previdenciária, manteve o empresariado no MEC e a política da "Ponte para o futuro" do Temer com o Novo Ensino Médio e não implementou uma Reforma Agrária como eixo estruturante do modelo da agricultura. A austeridade fiscal transfere recursos públicos ao capital financeiro e aprofunda a precarização dos serviços públicos. A maioria conservadora no Congresso impõe limites, capturando o orçamento público com as emendas parlamentares, executadas sem qualquer transparência, permitindo que a extrema direita siga organizada para 2026. É imperativo que o sindicato dispute os rumos do governo porém, mantenha a independência de classe diante deste governo, mobilize a base e una-se aos movimentos populares, centrais sindicais e organizações da classe trabalhadora, aprovando o fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho e sem redução salarial, a regulamentação da 151, e exigindo um programa antineoliberal, que rompa com a austeridade e atenda à pauta histórica da classe trabalhadora.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**



## CONJUNTURA ESTADUAL

O eixo político do Governo Leite esteve predominantemente na continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais e na articulação com setores conservadores e reacionários da política e economia gaúcha. Privilegiou o agronegócio, as federações empresariais, a grande mídia e foi um fracasso nos quesitos desenvolvimento e sustentabilidade, condicionando o RS a uma matriz produtiva arcaica, ultrapassada e de baixo valor agregado. Se notabilizou pela oposição sistemática ao projeto de reconstrução nacional liderado por Lula e nem mesmo diante da catástrofe político-climática de 2024 operou com parceria e competência para minimizar os impactos das enchentes e da própria reconstrução do Estado. Sua omissão e indiferença cobra alto custo social e humano, especialmente no que tange à prevenção aos extremos climáticos, à contenção dos feminicídios e da violência contra a mulher, ao abandono da agricultura familiar, ao favorecimento das empresas privadas através de isenções fiscais, privatizações, terceirizações, concessões de pedágios, e PPPs na Educação e ao não-cumprimento dos mínimos constitucionais em Saúde e Educação. É preciso fortalecer o movimento político, social, popular e democrático para derrotar o Governo Leite-Gabriel e seu equivalente posicionado à extrema-direita, Luciano Zucco, na luta de ideias e, na disputa de projetos, nas ruas, nos locais de trabalho, na luta social e também nas urnas.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

## RESOLUÇÃO EDUCACIONAL

O governo estadual (Leite/Gabriel/Raquel) executa um projeto neoliberal de desmonte da educação pública, entregando a gestão pedagógica a institutos empresariais. A falta de investimentos nas estruturas das escolas, a plataformização com excesso de planilhas tornando o planejamento um evento burocratizado, a sobrecarga de trabalho, a padronização da educação (cartilhas), a imposição de metas meritocráticas inalcançáveis, o desmonte da EJA, o fechamento de turmas, a não realização de concursos públicos para funcionários, a não nomeação dos aprovados em concursos e a falta de estrutura, de formação/qualificação e de um programa de inclusão aos estudantes com deficiência, precarizam a vida e adoecem a categoria. A presença das empresas e fundações dentro da Seduc e as PPPs são ponta de lança desses ataques, que privatizam escolas e abrem caminho para a mercantilização total da rede estadual atacando a gestão democrática, a autonomia pedagógica e o caráter público da escola. Por isso, o XII Congresso do CPERS aponta a necessidade da construção de um projeto de educação pública, que dialogue com as comunidades onde estão inseridas, com um tempo necessário de formação sistemática, que discuta todo um processo da aprendizagem incluindo a avaliação escolar e descartando as avaliações externas para o Rio Grande do Sul, levando esse debate às escolas, às mobilizações de rua e disputando a narrativa com a sociedade gaúcha a fim de derrotar o projeto neoliberal, do PSD e MDB, e ultraliberal e de extrema direita do PL e PP.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**



## **FRENTE AMPLA NA DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA NAS ELEIÇÕES DE 2026**

O XII Congresso do CPERS/Sindicato reafirma autonomia e independência de classe, mas destaca que as eleições de 2026 são um confronto decisivo entre o avanço da extrema direita e a defesa dos direitos democráticos e sociais da classe trabalhadora. As derrotas da classe trabalhadora vieram de maiorias conservadoras nos parlamentos, que aprovaram o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e seguem bloqueando a agenda de direitos. Por isso, é estratégico trabalhar para garantir uma forte bancada na Assembleia Legislativa Estadual, e na Câmara e Senado Federal, comprometidas com o serviço, e a educação públicos, a soberania, a democracia, as plataformas do Governo Lula, e da chapa Juliana/Edgar para o governo do Estado e Manuela e Pimenta para o senado.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

### **RESOLUÇÃO CONTRA AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO**

XII Congresso do CPERS/Sindicato se opõe às Parcerias Público-Privadas do governo Eduardo Leite, que entregam a gestão da infraestrutura de escolas estaduais às empresas por 25 anos, a um custo de quase 5 bilhões, mediante leilão na Bolsa de Valores pulverizando o controle entre investidores, de tal modo que a gestão se torna refém das oscilações do mercado, e não das necessidades da comunidade escolar. As PPPs privatizam a educação pública por outras vias, transferindo recursos para o lucro de corporações submetendo a educação à lógica do mercado. É um ataque à gestão democrática, à autonomia das comunidades e à estabilidade dos trabalhadores, abrindo caminho para a terceirização e precarização. A experiência de outros estados mostra que o modelo não melhora o ensino, apenas drena o orçamento. O Congresso conclama a categoria e a sociedade gaúcha a se mobilizarem para barrar este projeto com paralisações, atos e ações políticas. A escola pública não se leiloa, se defende antes que ela desapareça. NÃO VENDA MINHA ESCOLA.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, CS, MLS, Democracia e Luta, Alicerce, CUT pode mais e Combate, TLS, Sempre Ativas, Guapas 60+, Bloco de Lutas, Movimento Nossa Classe Educação.**

### **RESOLUÇÃO DE BALANÇO POLÍTICO DA GESTÃO**

O XII Congresso do CPERS/Sindicato inicia seu balanço com uma análise do impacto dos governos Sartori/Leite, marcados pela retirada de direitos dos servidores. Congelamento salarial, desmonte, destruição dos planos de carreira, confisco previdenciário, precarização de vínculos e avanço das privatizações, estas são marcas de gestões contra o povo gaúcho. Diante dessa realidade, fazemos um balanço realista de enfrentamento e resistência da gestão 24/27, que desde seu primeiro dia seguiu enfrentando o governo Leite, com a denúncia das estruturas das escolas, tendo um alcance não apenas nacional, mas internacional. Realizamos caravanas pelas escolas do estado, e sempre estivemos



presentes nas lutas em Brasília, pelo piso salarial profissional do magistério, pelo piso dos funcionários, e por todas as pautas da classe trabalhadora. Essa gestão sempre esteve organizada juntamente com a Frente dos Servidores, com o Fórum das Centrais, Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Enquanto o governo buscou a divisão da categoria, a gestão do CPERS mostrou sua força com a construção de uma frente unitária composta por 11 forças políticas, conscientes de que mais do que nunca, a construção coletiva tem sido essencial para enfrentar os ataques à educação pública e garantir a manutenção e a ampliação de direitos. Diante desse quadro, é preciso avançar mais, fazer da unidade da categoria e fortalecer nossa luta articulada com os movimentos populares, condição essencial para enfrentar e derrotar os ataques do neoliberalismo e da extrema direita. O XII Congresso do CPERS deve propor o caminho da organização a partir das escolas, fortalecendo as representações de base e ampliando a participação da categoria, a ampliação do diálogo com a juventude, contratados e aposentados, fortalecendo a democracia interna e construindo um sindicato mais representativo e enraizado, e retomar a formação política permanente de forma presencial e virtual, articulando a realidade da categoria com a luta de classes, fortalecendo a consciência coletiva e a capacidade de mobilização.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

#### **SINDICAL:**

A conjuntura impõe ao movimento sindical resistência e unidade, com independência de classe e organização pela base, através das centrais sindicais, em especial a CUT, a qual o CPERS e a CNTE são filiados. A luta pelo fim da escala 6X1, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário, é uma pauta que unifica a classe trabalhadora, representa a luta pelo trabalho digno e dialoga com as mulheres e juventude, o governo federal deu um passo importante ao encaminhar o Projeto de Lei, diante de um congresso conservador e inimigo do povo brasileiro, atendendo a CONCLAT e um dos principais pontos da Pauta da Classe Trabalhadora para 2026-2030, documento entregue ao presidente Lula no dia 15 de abril após uma grande marcha unificada em Brasília. Outra pauta importante é a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que garante aos funcionários públicos liberdade sindical, proteção contra atos de discriminação e o direito a negociação coletiva sobre condições de trabalho. Lembrando que é preciso sensibilizar do governo federal que se comprometa com a retirada do debate da Reforma Administrativa e a revogação das Reformas da Previdência e Trabalhista.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**



## **REFORMA ESTATUTÁRIA**

Realizar uma reforma estatutária, garantindo ampla discussão democrática com a categoria, para aumentar o mandato para 4 anos, a partir da próxima gestão, assim como já acontece na CUT e na CNTE, evitando o conflito com as eleições gerais.

**ArtSind, CTB, CSD, CIL MOVIMENTO PÓ DE GIZ, SOCO**

## **POLÍTICAS ESPECÍFICAS:**

### **Funcionários:**

O XII Congresso reafirma a centralidade da luta pela aprovação imediata do Piso Salarial Nacional dos Funcionários de Escola (PL 2531/2021), que deve alcançar todos os trabalhadores ativos e aposentados, independentemente de vínculo ou formação, consolidando o reconhecimento como profissionais da educação conforme a LDB. Exige-se a realização urgente de concursos para todos os cargos, como forma de enfrentar a terceirização, que viola direitos, atrasa salários e fragmenta a categoria. É inadiável a recomposição salarial, que supere os 12 anos sem reajuste real. O sindicato deve seguir cobrando a reestruturação dos critérios de lotação por escola e assegurar o pagamento de pensidade aos monitores. Buscar a solução para a situação dos funcionários não reenquadrados, garantindo aumento real a todos, exigir a contratação e nomeação de mais funcionários para o desenvolvimento do trabalho nas escolas enfrentando assim a atual sobrecarga de trabalho, buscar medidas e protocolos para coibir o assédio moral enfrentado pelos agentes educacionais e reconstruir o Plano de Carreira e exigir neste as promoções esquecidas, destruído pelos ataques neoliberais são tarefas políticas centrais para fortalecer o CPERS como ferramenta unificada de luta da categoria. É preciso por um fim na invisibilidade e no abandono dos agentes educacionais.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

### **APOSENTADOS(AS):**

O XII Congresso reafirma as aposentadas (os) como protagonistas da luta sindical, cuja experiência e memória, constituem um patrimônio inegociável do CPERS. No eixo previdenciário, exige-se o fim imediato do confisco salarial, devido a cobrança aplicada pelo governo Leite do retorno da contribuição previdenciária para aposentados, e a devolução integral dos valores descontados desde sua implantação. No eixo salarial, é urgente o reajuste com paridade e integralidade, recompondo as perdas inflacionárias acumuladas por mais de uma década de congelamento. Na saúde, defende-se intransigentemente o IPE público e de qualidade, com isenção ou redução de taxas em exames de rotina e a



ampliação de atendimento com a ampliação de serviços como psicológicos, odontológico e fisioterápicos. Para qualificar a organização, devem-se realizar encontros periódicos com especialistas sobre subsídio, contracheque e legislação previdenciária. Além de construir pontes geracionais que integrem aposentados e jovens na compreensão das novas realidades escolares e no fortalecimento mútuo.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

### **O Combate ao Racismo como pauta de dignidade humana.**

O combate ao racismo, compreendido como instrumento histórico de exploração e desigualdade social, e a luta pela igualdade racial devem ser lutas estruturantes do movimento sindical. Lutar pelo cumprimento das leis 10639 e 11645, junto a Seduc e Coordenadorias deve ser a principal bandeira de lutas antirracistas no próximo período. Fortalecer a luta ancestral, alicerçada na filosofia de Zumbi e Dandara, bem como a luta das mulheres negras e pelas vidas da juventude negra, que representam a maioria das/os estudantes das redes públicas de ensino. Além da necessidade de realizar de formação e letramento sindical antirracista, uma estratégia para mudar a vida de profissionais e estudantes que estão nas escolas vitimadas/os por esta grande e permanente chaga que não pode ser aceita dentro da escola pública, que deve ser um local de acolhimento às diferenças.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, CS, MLS, Democracia e Luta, Alicerce, CUT pode mais e Combate, TLS, Sempre Ativas, Guapas 60+, Bloco de Lutas, Movimento Nossa Classe Educação.**

### **Juventude:**

Fortalecer a participação da juventude no movimento sindical é fundamental para garantir a renovação de lideranças e a continuidade da luta. Para isso, propõe-se ações estruturadas de formação política, incentivo ao protagonismo juvenil e ampliação da inserção de jovens nas instâncias de decisão do sindicato, bem como o desenvolvimento de campanhas de valorização da carreira docente. A juventude não pode ser apenas herdeira da luta histórica do CPERS, mas precisa ser protagonista na construção do presente e do futuro da educação pública.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, CS, MLS, Democracia e Luta, Alicerce, CUT pode mais e Combate, TLS, Sempre Ativas, Guapas 60+, Bloco de Lutas, Movimento Nossa Classe Educação.**

### **Mulheres:**

A realidade que as mulheres enfrentam no RS é assustadora com um alarmante crescimento dos casos de feminicídio, é fundamental que o CPERS seja protagonista também nesta pauta, visto que mais de 70% da categoria é composta por mulheres. Tendo



em vista esta dura realidade este congresso propõe o fortalecimento do debate feminista dentro e fora dos espaços sindicais, com o coletivo estadual e a criação de coletivos nos núcleos, para que sejam espaços de escuta e organização feminista levando esse debate também para o chão da escola e assim, fortalecer as políticas permanentes de enfrentamento à violência patriarcal.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, CS, MLS, Democracia e Luta, Alicerce, CUT pode mais e Combate, TLS, Sempre Ativas, Guapas 60+, Bloco de Lutas, Movimento Nossa Classe Educação.**

## **MUNICIPALIZAÇÃO**

Propomos seguir a luta pela não municipalização das escolas de ensino fundamental e orientamos as escolas ameaçadas de municipalização a se organizarem na comunidade escolar, como forma de unir forças para que esse processo não vá adiante. Municipalização é privatização disfarçada, não é a solução!

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

## **CONTRATADOS**

Que a comissão dos contratados da direção do CPERS realize o Encontro Estadual para, com base nos encontros regionais já realizados, apontar políticas que atendam as demandas destes trabalhadores e destas trabalhadoras, em relação ao trabalho precário e frequentemente vítimas de constante perseguição e assédio moral e institucional, sendo que na atual situação, não tem o direito nem se quer de afastamento em casos de saúde individual ou familiar para exames e tratamento.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

## **INCLUSÃO REAL**

A inclusão das e dos estudantes nas escolas públicas é um processo fundamental para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais e/ou de saúde. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as escolas públicas estejam preparadas para receber os e as estudantes com necessidades educacionais especiais, como aqueles e aquelas com deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos de aprendizagem, entre outras condições. A inclusão é muito mais séria do que o dito nos discursos governamentais. Ela passa por entender que cada estudante é único, dessa forma a inclusão exige que os trabalhadores e as trabalhadoras em educação estejam preparados para esta tarefa.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**



## **SAÚDE DAS/DOS TRABALHADORAS/TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

A sobrecarga de trabalho imposta às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação pela SEDUC/RS, está acarretando uma avalanche de adoecimento emocional e psicológico, provocado pela sobrecarga de trabalho e também pelo assédio moral em virtude de prazos escassos e metas que burocratizam demasiadamente o processo educativo. Com a reedição da Norma Regulamentadora NR1, que inclui os riscos psicossociais no gerenciamento de Riscos Ocupacionais, precisamos ter um estudo detalhado das condições de trabalho para os espaços escolares, onde laboram nossas e nossos colegas. A partir desse estudo, cobrar do Governo do Estado a implementação de medidas que possam monitorar os riscos psicossociais nos ambientes de trabalho e a devida intervenção sobre esses indicadores. Entendemos que esses aspectos são de responsabilidade da mantenedora, que deve garantir a saúde de quem trabalha com a educação. É necessário, seguir na luta cobrando que a SEDUC amplie e efetive sua assessoria multiprofissional e garanta atendimento preventivo para as e os colegas de trabalho, contribuindo para um ambiente de trabalho adequado às normas regulamentativas.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

### **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TAMBÉM SÃO TRABALHADORAS**

O CPERS/Sindicato implementou nos últimos períodos o Coletivo Estadual de PCDs e os Núcleos foram orientados a implementarem os Coletivos Regionais de PCDs, para que se amplie o debate sobre legislações vigentes em relação aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores da educação com deficiências. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, as pessoas com deficiência precisam ser valorizadas, acolhidas, respeitadas e incluídas no mercado de trabalho e na vida social. Nesse sentido, o CPERS/Sindicato propõe: 1) atualizar sua ficha de Filiação/atualização de dados onde conste a opção de informação sobre pessoas com deficiência e qual o tipo; 2) pressionar a mantenedora para que PCDs sejam incluídos nos ambientes de trabalho de acordo com suas necessidades e tenham políticas e atenção para que suas deficiências não o impeçam de realizar seu trabalho; 3) organizar atividades de conscientização/escuta de necessidades específicas de sócias/sócios PCDs.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, CS, MLS, Democracia e Luta, Alicerce, CUT pode mais e Combate, TLS, Sempre Ativas, Guapas 60+, Bloco de Lutas, Movimento Nossa Classe Educação.**

### **Meio Ambiente:**

As inundações no Rio Grande do Sul e em outras partes do mundo são consequências diretas do modelo capitalista predatório, associados tanto à sua posição geográfica quanto ao agravamento das mudanças climáticas e ao desmatamento da Amazônia. Diante desse cenário, torna-se essencial o reconhecimento legal da emergência climática no RS e pela responsabilização dos governos frente à crise ambiental. Como primeiro passo, é



necessário denunciar a destruição do Código Ambiental promovida pela gestão Leite/Gabriel e apoiado pelo ex-deputado estadual Zucco. Depois, ampliar a circulação dessas informações e promover um debate público qualificado sobre o futuro das cidades gaúchas. Da mesma forma, reconhecer o histórico de abandono das políticas ambientais no estado como ato pedagógico e reafirmar que não há desenvolvimento sustentável sem valorização dos trabalhadores da educação. Assim, defendemos mais investimento na escola pública, condições dignas de trabalho e formação crítica voltada à responsabilidade ambiental, diversidade e justiça social, fortalecendo uma educação transformadora. É fundamental para compreender que, embora o fenômeno natural possa ser inevitável, a forma como a sociedade se prepara para enfrentá-lo constitui uma escolha coletiva e profundamente humana. Nesse sentido, a construção de estratégias eficazes de prevenção e adaptação depende da articulação entre a academia, o poder público e a participação ativa da sociedade.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO, GUAPAS PARA LUTAR.**

#### **DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+**

Com a ascensão da direita, da extrema direita, do fascismo e dos movimentos conservadores, temos observado uma forte pressão para retroceder nas políticas públicas para este grupo da população. Sabemos da importância do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+, criado por este governo do Presidente Lula. Porém, é sabido que muita luta e povo na rua se faz necessário para manter os direitos já conquistados e a possibilidade de avançar. Além do papel de acolher, respeitar e incluir as pessoas LGBTQIAPN+ precisamos nos mobilizar e nos somar aos demais movimentos sociais para combater a discriminação, os assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ e garantir a implementação e conquista de novos direitos combatendo toda forma de discriminação e violência.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

#### **INCLUSÃO DOS POVOS INDÍGENAS – COMBATE AO RACISMO**

A realidade dos povos indígenas no Brasil segue marcada pela exclusão histórica, pelo racismo estrutural e pela negação de direitos fundamentais, especialmente no campo da educação. É necessário intensificar a luta pela garantia de uma educação pública que respeite as especificidades culturais, linguísticas e territoriais dos povos originários, assegurando o ensino da língua materna, a valorização das tradições e a permanência digna dos estudantes indígenas nas escolas. A imposição da BNCC nas aldeias fere a autonomia dos povos originários e seus saberes tradicionais. O Estado mantém descaso com os educadores indígenas, que enfrentam custos elevados de deslocamento e merenda precarizada. Exigimos uma consulta prévia às comunidades para a revisão dos PPPs e Regimentos Escolares Indígenas, auxílio-transporte integral e merenda adequada. Defender a formação continuada nos territórios e a garantia das disciplinas da cultura



indígena. É preciso articular junto aos educadores indígenas a construção do coletivo indígena para discutir e deliberar sobre as necessidades educativas das comunidades e aldeias. Cabe ao sindicato mobilizar a categoria e a comunidade escolar na defesa dos direitos indígenas, denunciando retrocessos e exigindo do Estado políticas públicas efetivas.

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**

### **PLANO DE LUTAS**

1- Lutar por reajuste linear para toda a categoria. 2- Lutar contra toda forma de mercantilização da Educação Pública como as terceirizações, municipalizações, modelos de gestão empresarial e Parcerias Público-Privadas. 3- Defender o IPE Saúde e o IPE Previdência públicos, fortalecidos e com atendimento de qualidade. 4- Seguir lutando por concursos públicos para docentes, funcionárias e funcionários e especialistas para suprir a demanda das escolas em todos os setores. 5- Lutar, junto à CNTE, pelo Piso Nacional das Funcionárias e Funcionários de Escola. 6- Exigir a continuidade das avaliações e promoções no plano de carreira docente. 7- Exigir a retomada dos processos de avaliações e promoções no plano de carreira das funcionárias e dos funcionários de escolas. 8- Cobrar respeito às atribuições das monitoras e dos monitores e de todas as áreas de atuação das funcionárias e funcionários da educação. 9- Lutar por valorização e formação condizente com o trabalho exercido por monitoras e monitores. 10- Combater o assédio moral e a violência contra educadoras e educadores. 11- Exigir o aumento do número de funcionários por escola, atendendo à demanda sem sobrecarregar e adoecer as trabalhadoras e trabalhadores da educação. 12- Lutar contra a militarização da educação, escola sem partido, ensino domiciliar. 13- Defender a autonomia da escola para decidir seu projeto político-Pedagógico; 14- Lutar pela manutenção e qualificação da EJA, Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola. 15- Defender a Gestão Democrática e a liberdade de cátedra. 16- Lutar contra a perseguição do Governo às e aos sindicalistas, educadoras e educadores, principalmente contratadas e contratados nas Escolas; 17- Participar ativamente da luta contra a misoginia, contra o racismo, contra a LGBTQIAfobia. 18- Combater o etarismo, promovendo a participação sindical tanto da juventude quanto das pessoas aposentadas. 19- Lutar pelo fim da contribuição previdenciária das aposentadas e dos aposentados; 20- Lutar, junto à classe trabalhadora, em defesa da soberania do nosso país; 21 - Lutar por um protocolo de saúde ambiental dentro das escolas que se atente para as consequências das mudanças climáticas; 22 - Por uma AEE que atenda às necessidades dos deficientes físicos e intelectuais e não amontoe estes nas escolas sem atendimento especializado e sobrecarregando o trabalho das professoras e dos professores; 23 - Por um currículo e Plano Político Pedagógico voltado à realidade das comunidades dos povos originários; 24 - Lutar pelo fortalecimento e não fechamento das escolas do campo e com a discussão de um currículo voltado às necessidades das comunidades locais;

**ArtSind, CTB, CSD, AE, PÓ DE GIZ, MTPE, CIL, ESCOLA DO POVO, SOCO**